

43º Encontro Anual da Anpocs;

**SPG 07: Desafios de um Ensino Superior Inclusivo: Etnografias e outras
perspectivas empíricas sobre a experiência brasileira de democratização das
universidades;**

Por trás do desempenho: trajetória acadêmica dos estudantes do IFPE campus

Olinda

Carla Maria Sousa Carvalho Vasconcelos

INTRODUÇÃO

É atual o debate na mídia e na sociedade civil acerca da validade de ações afirmativas como as cotas, e análises acerca do aproveitamento acadêmico dos alunos cotistas é parte integrante desse debate (SILVA, 2015). Algumas pesquisas têm comparado o desempenho dos cotistas em relação aos não cotistas e os resultados têm mostrado desempenhos semelhantes em ambos os grupos (FERNANDES, 2016; LEMOS, 2017; SILVA, 2015; WAINER E MELGUIZO, 2018).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objeto principal analisar a trajetória acadêmica dos estudantes cotistas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - campus Olinda, para além dos dados de desempenho acadêmico deste público. À luz das ações e programas institucionais, avaliaremos de forma mais ampla, a trajetória acadêmica dos estudantes cotistas nos seus processos formativos. Aspectos como oportunidades no âmbito institucional, como o acesso a programas meritocráticos (monitoria, pesquisa e extensão), cujo acesso se dá através de processos seletivos ou a convite de docentes aos alunos que mais se destacam. Acesso também ao programa Bolsa Permanência, voltado a estudantes em situação de vulnerabilidade social, cujo público prioritário inclui os estudantes cotistas. E ainda, analisar aspectos referentes à evasão, trancamento e integralização do curso (êxito).

Com base nesses objetivos, a principal hipótese deste trabalho sustenta que cotistas têm mais acesso a programas de auxílio financeiro do que a programas meritocráticos. Acredita-se ainda que cotistas têm menor média de coeficiente de rendimento, entretanto apresentam melhores taxas de evasão e integralização no curso, quando comparados aos não-cotistas.

A temática desta investigação mostra-se necessário, sobretudo na conjuntura atual do país, no sentido de acompanhar e monitorar os resultados da Política de Cotas, a fim de contribuir para o aumento de estudos acerca da eficácia inclusiva dos programas de ação afirmativa.

O desenho de pesquisa combina estatística descritiva e análise documental, com uma abordagem quantitativa. Trata-se também, de um estudo de caso, que segundo Minayo (2010) destacam ligações entre intervenções e situações da vida real, o contexto em que as ações ocorrem, a interpretação de um processo em curso, e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção.

Os dados foram extraídos do sistema Q.Acadêmico do IFPE para a composição de um banco de dados com variáveis de interesse da pesquisa: nome do estudante, situação de matrícula, tipo de ingresso, participação em programas institucionais, coeficiente de rendimento, endereço, raça/etnia etc. No total, foram analisados os 857 estudantes matriculados no campus Olinda entre os anos de 2014 a 2018. Os dados foram tratados em planilha excel e resultaram em gráficos e tabelas que facilitaram as análises.

Os resultados apresentados poderão contribuir com os estudos acerca das trajetórias acadêmicas dos estudantes cotistas. Espera-se conhecer as especificidades da instituição e a partir daí propor medidas efetivas, considerando o contexto institucional. Julga-se necessário a análise destas políticas mais amplas a partir dos contextos menores, enquanto locais de materialização das políticas públicas nacionais.

O trabalho está estruturado em quatro sessões: na primeira faz-se um debate sobre políticas públicas de educação no início do século XXI, depois discute-se o problema da desigualdade racial no âmbito da Rede Federal de Ensino (profissional e superior), segue-se com um debate sobre a trajetória acadêmica de estudantes cotistas, e, por fim, se apresentam resultados do estudo de caso do IFPE Campus Olinda no que diz respeito às principais questões da pesquisa.

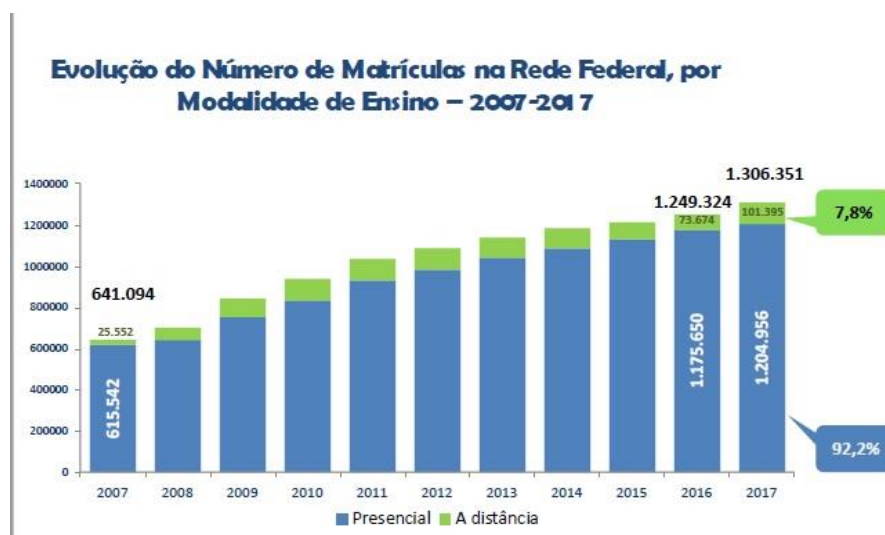
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O Brasil é um dos países com oportunidades mais desiguais no início da vida e as profundas disparidades se refletem não só na renda, mas também no acesso aos direitos sociais. No caso da Educação, historicamente, o acesso ao ensino superior foi altamente restrito à elite econômica, majoritariamente branca, das Unidades da Federação mais ricas (SILVA, 2016; FERNANDES, 2016; OLIVEIRA, 2019). Sendo assim, a política de Educação, ao mesmo tempo em que opera como reflexo e reprodução das desigualdades sociais configura-se como um direito social chave - um potencial instrumento - capaz de romper o ciclo cumulativo e intergeracional dessas desigualdades.

Desta forma, Políticas públicas de Educação criadas no início do século XXI, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo governo federal em 2007, traçou um conjunto de metas e programas que visaram melhorar a qualidade da educação em todas as suas etapas (educação básica, alfabetização, superior e profissional). Destacam-se aqui as Ações afirmativas; o Programa Nacional de

Assistência Estudantil (Pnaes); o estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a ampliação da oferta do ensino superior, a partir de programas de expansão das universidades federais e parcerias com instituições privadas.

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas na Rede federal por modalidade de ensino:



Fonte: Censo da Educação superior do INEP/MEC, 2017.

O gráfico acima apresenta a evolução do número de matrículas na rede federal de ensino superior e aponta:

A rede federal conta com 63 universidades e 40 institutos federais/Cefet, todos ligados ao MEC. Há ainda, seis faculdades, uma ligada ao MEC (INES) e cinco vinculadas a outros ministérios (ENCE, ITA, IME, AMAN e EsEFEx). Nas universidades, presentes em todas as unidades da federação, estão matriculados mais de 1,1 milhão de alunos. Em dez anos, a rede federal mais que dobrou de tamanho (BRASIL, 2017:21).

Em 12 anos, o Brasil teve crescimento de 92% no número de concluintes do ensino superior.¹ Para se ter uma ideia, entre 1995 e 2002, o país teve um total de 2,4 milhões de concluintes de graduação. Com os programas de acesso à educação superior, como o ProUni, Fies e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o número saltou para 9,2

¹ Ressalta-se a participação da rede privada na oferta de cursos de graduação, que a partir de programas de financiamento/bolsa como FIES e PROUNI houve um aumento exponencial desta área. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017, a rede privada conta com mais de 6,2 milhões de alunos, o que garante uma participação superior a 75% do sistema de educação superior, ou seja, de cada quatro estudantes de graduação, três frequentam uma instituição privada. Para maiores informações, acessar http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

milhões de graduados entre 2003 e 2014 (BRASIL, 2015). Importante ressaltar que grande parte deste público, representa setores da sociedade, até então, excluídos desse processo.

Referente aos institutos federais, em 2008 foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica², onde teve início um processo de expansão, e interiorização da oferta de vagas na educação profissional, técnica e tecnológica federal. Acreditava-se, que a oferta de EPT era importante para gerar novas oportunidades de trabalho em outras regiões do país. Assim, o esforço foi projetar unidades da Rede EPT em cidades com mais de 50 mil habitantes. Por isso, entre 2008 e 2016 as unidades de institutos federais passaram de 140 para 655 campi. Já o orçamento da Rede passou de 6,81% do total do MEC, em 2005, para 10,49%, em 2015 (MAGALHÃES E CASTIONI, 2019). Nesse contexto, em 2008, o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), passou a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e, desde então, já implementara o sistema de cotas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas.

Este movimento de ampliação de vagas e oportunidades é fruto também dos debates promovidos por movimentos sociais, sobretudo movimentos de pessoas negras, organizações não governamentais (ONG's) e intelectuais acerca das ações afirmativas e da igualdade de acesso e oportunidade aos brasileiros pobres e negros. Como resultado desse movimento, foi promulgada no ano de 2012 a Lei de Cotas (Lei Federal nº 12.711/2012), que reserva 50% do total de vagas das instituições públicas para estudantes oriundos de escola pública, subdividindo esse percentual entre categorias de renda e etnia³.

No contexto das ações afirmativas, estas almejam a conquista de oportunidades que não seriam possíveis se não fosse através da existência delas. Pois, sem essa política pública, os grupos sub-representados não teriam direitos e privilégios como os grupos dominantes da sociedade. As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo - no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório -

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm acesso em 29/05/2019

³ Entre as vagas reservadas, metade deve ir para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, a lei reserva um percentual mínimo de vagas para pretos, pardos e indígenas de acordo com a sua representatividade em cada Estado, levando-se em conta os dados locais do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ainda um pequeno percentual para pessoas com deficiência.

mas também e, sobretudo, prospectivo – já que fomenta a transformação social, visando à criação de uma nova realidade (FERNANDES, 2016). A Política de Cotas transformou a cara das instituições públicas de ensino, incorporando pessoas oriundas de periferias e cidades pequenas, gente de diferentes cores e lugares, pessoas egressas de escolas públicas, os primeiros da família a conquistarem um diploma.

A política de cotas, que procura garantir a igualdade de oportunidades entre os jovens, também tem sido alvo de críticas. Entre os argumentos, está o de que os alunos que entram por meio do sistema de cotas não têm nível educacional suficiente e poderiam comprometer a qualidade do ensino. Outras críticas mencionam que a evasão entre cotistas seria superior a de estudantes não cotistas e que esse tipo de intervenção não enfrenta a questão da desigualdade na educação básica, central para o debate (MENEZES, 2017). Segundo Waltemberg e Carvalho (2013) isto acontece porque:

Em sociedades democráticas, políticas de ação afirmativa são (e sempre serão) controversas, principalmente porque: a) envolvem redistribuição de um bem escasso – como são as vagas nas universidades de melhor qualidade no Brasil –, gerando ganhadores e perdedores ; b) representam uma mudança das regras vigentes e, portanto, um desafio ao *status quo* prevalecente anteriormente, suscitando reação dos grupos que, sem tais políticas, tinham ou teriam acesso à vantagem em questão e veem-se agora ameaçados; c) proporcionam oportunidades a grupos desfavorecidos, usualmente com menos voz no debate público do que grupos favorecidos. Não é por acaso, portanto, que há (e sempre haverá) disputa política em torno dos critérios definidores dos potenciais beneficiários das ações afirmativas, bem como em torno de sua própria legitimidade. (WALTEMBERG e CARVALHO, 2013:3)

Entretanto, a criação de vagas por si só não é suficiente se também não estiverem presentes programas e estratégias institucionais que possibilitem realmente o sucesso acadêmico desses alunos. Portanto, mais que oportunizar acesso à educação profissional e superior era necessário também oferecer condições de permanência. Desta forma, o processo de democratização do ensino técnico, tecnológico e superior foi acompanhado pelo estabelecimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Ações não só de incentivo financeiro, como também a partir de programas que proporcionaram uma maior integração do aluno com a instituição, como programas de saúde, apoio pedagógico, inclusão digital, cultura, esporte, moradia, alimentação, transporte, entre outros. O PNAES teve como objetivo democratizar as condições de permanência entre os estudantes, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e

regionais, contribuindo para a promoção da inclusão social na educação, a partir de medidas que buscam reduzir as taxas de evasão e retenção (BRASIL, 2010).

Ademais, expandir o acesso e incorporar estudantes com perfis socioeconômicos diferenciados no âmbito acadêmico trata-se de um processo mais complexo do que a simples análise dos percentuais de crescimento. Este movimento implica em mudanças estruturais nos fazeres profissionais do cotidiano acadêmico, bem como, mudanças conceituais do termo acesso, que deve transcender a garantia do ingresso e, de modo abrangente, compreender a permanência exitosa do estudante e a sua formação qualificada. O acesso deve ser destacado com um significado amplo de pertencimento, inclusão e acolhimento desses novos sujeitos (SILVA, 2015).

DESIGUALDADES RACIAIS NO CONTEXTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Nono país mais desigual do mundo, com um coeficiente de Gini de 0,6257⁴, o Brasil apresenta uma baixa tendência de mobilidade social. Ou seja, para quem nasce pobre, a chance de ascensão social é reduzida. Logo, há uma forte tendência à perpetuação da pobreza (CERAK, 2016)⁵. Sendo assim, quem tem a sorte de nascer em uma família rica tem uma vida bem mais fácil do que aqueles que nascem em famílias mais pobres. Portanto, é mais a sorte e não tanto o mérito que define o sucesso na vida no Brasil (MENEZES, 2017).

Variáveis como a cor da pele, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica e região de moradia, atuam intensificando ainda mais as desigualdades de oportunidades. Na questão da raça, os negros largam em desvantagem em qualquer que seja o indicador social. Um exemplo desta evidência é o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no qual a população branca no Brasil possui um IDH médio de 0,791 (55º posição), enquanto os negros atingem o IDH de 0,671 (114º

⁴ Coeficiente de Gini é um indicador estatístico utilizado para medir o grau de concentração de renda. Utiliza uma escala de 0 a 1 – sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. Segundo a Fundação Getúlio Vargas – FGV, no primeiro trimestre de 2019, a desigualdade de renda no Brasil apresentou o maior patamar já registrado.

⁵ O estudo “Inequality from generation to generation: the United States in Comparison” de Miles Corak, na University of Ottawa aponta que “A mobilidade está relacionada aos estímulos nos primeiros anos de vida, a educação básica de qualidade e investimentos nos filhos. Em países desiguais, a tendência é que filhos de pais pobres não tenham acesso a esses fatores, e tenham poucas chances de ascender socialmente”.

posição), comparando-se com o ranking dos países no mundo. Outro exemplo mostra que em 2010, a população negra do Brasil atingiu o patamar de longevidade, educação e renda que os brancos tinham no ano 2000, ou seja, uma década de atraso.

Dados da PNAD, 2017 apontam que eles são minoria nas universidades, ocupam menos postos de trabalho – e menos ainda cargos de chefia –, quase não estão em lugares de poder e prestígio na sociedade, recebem salários menores, menos atendimento médico. O percentual de mortes violentas nos negros é 158,9% maior do que os brancos.

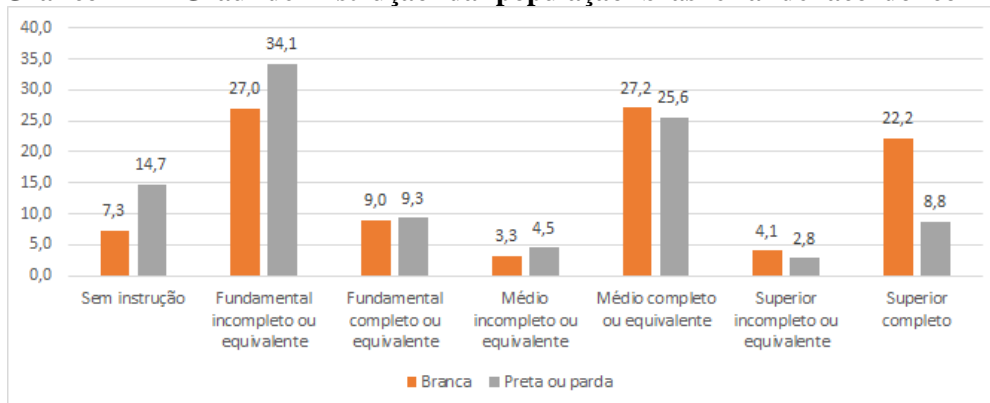
Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, desproporcionalmente afetadas pelo desemprego e desproporcionalmente menos escolarizadas que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente, menor expectativa de vida. Estas, e outras formas de injustiça racial, são a cruel realidade do nosso tempo; mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro.” (Kofi Annan, Secretário Geral da ONU, março, 2001 *apud* FERNANDES, 2016)

A sub-representação dos negros em instituições federais de ensino, bem como, e de um modo geral, em posições de maior prestígio e poder na sociedade brasileira expõem a discriminação latente no país. A título de exemplo, em 2000, o percentual de pretos e pardos graduados era de 2,2% em um país onde 46,5% da população é negra⁶. Tendo em vista que no Brasil a ascensão social e econômica passa, necessariamente, pelo acesso ao ensino superior⁷, esse fato demonstra um quadro de exclusão racial dos mais extremos do mundo (OLIVEN, 2007). São inúmeros os dados que reafirmam o lugar subalterno em que o negro se encontra, e por conseqüência, justificam políticas públicas de ações afirmativas para esta categoria. O gráfico 1 apresenta os níveis de instrução no Brasil, segundo a cor:

⁶ Dados do IBGE, censo 2010

⁷ Estudo da *Education at a glance*, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostrou em 2017, que a diferença salarial no Brasil para quem tem ensino superior é de 149%, percentual mais impactante quando se compara a Suécia, por exemplo, onde a graduação acarreta num aumento na renda em 17%.

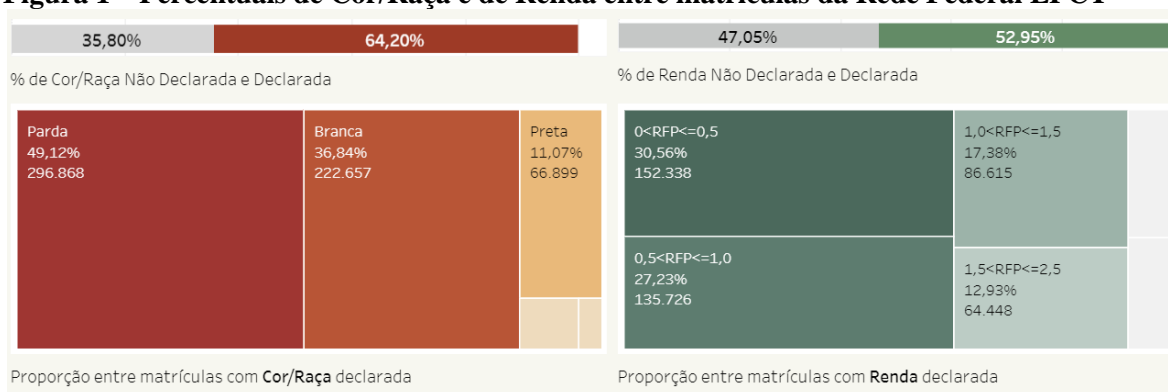
Gráfico 2 – Grau de instrução da população brasileira de acordo com a Raça/Cor



Fonte: Pnad contínua, IBGE, 2017

No âmbito da política de expansão da Rede EPCT, acreditou-se que a implementação dos Institutos Federais (IFs), conduzida entre 2004 e 2016, atuaria na expectativa de redução das iniquidades sociais e territoriais (AZEVEDO, 2017). A figura 1 ratifica o papel social dessas instituições:

Figura 1 – Percentuais de Cor/Raça e de Renda entre matrículas da Rede Federal EPCT



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2018

Os dados da Plataforma Nilo Peçanha⁸ referentes ao ano 2018, demonstram que o público da Rede Federal de Educação Profissional é atualmente composto, majoritariamente por pretos e pardos (60,19%) e que 75,27% tem renda familiar per capita de até 1 salário e meio. A figura 2 apresenta a relação Raça/Cor x Renda familiar, dos estudantes atualmente matriculados e retrata bem o reflexo da sociedade brasileira,

⁸ Criada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).

onde o negro apresenta desvantagem econômica, mesmo quando o grupo comparado é semelhantemente pobre:

Figura 2 – Relação Raça/Cor x Renda familiar da Rede Federal EPCT



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019

Nesse contexto, embora ainda persistam importantes desigualdades raciais na sociedade brasileira, as políticas afirmativas adotadas nos últimos anos apontam para uma redução das desigualdades sociais e raciais no âmbito universitário. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2015) demonstram que o percentual de pretos e pardos nas universidades passou de 21,9% em 2001 para 43,5% em 2015 dos estudantes. Bem como, houve uma aproximação do perfil dos estudantes de graduação brasileiros em termos de renda e região. Sobre essa questão, Oliveira (2019) aponta que:

Em resumo, os dados mostram claramente que ocorre, ao menos até 2015, uma democratização no acesso ao ES, entendido como uma aproximação do perfil dos estudantes de graduação brasileiros ao perfil da população brasileira em termos de renda, cor/raça e regional. A literatura, como expusemos ao longo do capítulo, credita esta redução das desigualdades no acesso a um aumento das políticas públicas para o setor com o enfoque na redução das desigualdades, tais como as cotas, Reuni, Prouni, entre outras aqui analisadas, mas também das melhorias no mercado de trabalho, que mudaram a capacidade das famílias de manter um de seus membros na educação superior. (OLIVEIRA, 2019:165).

TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS COTISTAS NO BRASIL

Quando finalmente o estudante ingressa na instituição, diversas características que lhes são próprias influenciarão sua vida acadêmica. Características internas da sua história de vida, como influência familiar, a escolaridade anterior e suas capacidades e

habilidades, poderão desencadear processos que o levarão a decisões como permanecer ou evadir do sistema. Assim como fatores internos às instituições, como os currículos desatualizados, a rígida cadeia de pré-requisitos, o corpo docente, a infraestrutura, dentre outros (SANTOS JUNIOR, 2015; SILVA, 2018).

No caso do estudante cotista, este precisará dar continuidade ao rompimento de barreiras, uma vez que na escola, ou na educação como um todo, as desiguais heranças sociais se transmitem em desigualdades escolares que são efeitos do capital cultural. Nessa medida, o mérito escolar, responsável por uma precoce exclusão massiva de muitos estudantes da escola, é na verdade a manifestação de um privilégio cultural herdado (SILVA, 2015). Sendo assim, deve haver uma necessidade de atenção permanente por parte da instituição para acolher e incluir o estudante cotista no ambiente acadêmico, ofertando condições para além da permanência e êxito, como também visando sua integração acadêmica.

Os estudos encontrados acerca das trajetórias dos estudantes cotistas, tendem a focar nas análises dos coeficientes de desempenho, e sobre esta questão, a maioria dos achados têm demonstrado que os cotistas têm apresentado desempenhos semelhantes em relação aos não cotistas (VELOSO, 2011; FERNANDES, 2016; LEMOS, 2017; SILVA, 2015; WAINER E MELGUIZO, 2018).

Em pesquisa realizada em âmbito nacional, através de dados nacionais do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade no período de 2012 a 2014, Wainer e Melguizo (2018) apontaram que alunos cotistas tiveram desempenho equivalente ao de seus colegas não cotistas. Os autores chamam atenção para alguns pontos positivos importantes em sua pesquisa - em relação às outras pesquisas sobre desempenho já publicadas. Primeiro, pelo fato de ela medir o rendimento de alunos ao final da graduação e, portanto, é uma melhor aproximação aos conhecimentos totais adquiridos pelo aluno durante o ensino superior. Muitos estudos sobre rendimento de alunos cotistas medem o desempenho mais cedo, durante o curso. Outra característica importante deste estudo é que os resultados são agregados para todos os cursos, e não divididos em cursos de maior ou menor prestígio, mais ou menos concorrido, como costuma ocorrer em algumas pesquisas nesta temática.

Estudos como o de Fernandes (2016) ponderam que o fator crucial para o desempenho acadêmico dos cotistas está pautado na resiliência. O desejo de aproveitar a chance de cursar em uma universidade pública, e ter acesso a um universo oferecido

apenas a uma elite (branca), faz com que os cotistas superem os obstáculos e déficits registrados em sua vida escolar.

Apesar de alguns acreditarem que as cotas e bônus estão longe de tocar no problema principal e que justiça se faz melhorando a qualidade de ensino e dando oportunidades igualitárias para todos, não só para alguns, os resultados indicam que as ações afirmativas não afastam e nem tampouco prejudicam o mérito estudantil e acadêmico, pelo contrário, como mostram através das pesquisas, incentivam a busca pela capacitação daqueles beneficiados com tais políticas, promovendo a longo prazo, a efetividade da igualdade material. (FERNANDES, 2016).

Silva (2015) aponta que tal hipótese é amparada por estudos que indicaram que a “motivação para aprender se mostra relacionada a resultados acadêmicos positivos”. Esse otimismo e motivação poderiam auxiliar um pouco a superar o privilégio cultural herdado, esse argumento se assemelha ao da tese da resiliência educacional, termo usado no sentido de que as desvantagens em períodos anteriores de vida foram de alguma forma, traduzidas para o desempenho educacional mais tarde superior.

Menezes (2017) aponta que as evidências mostram que a nota dos cotistas no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) realmente é menor do que a dos não-cotistas (caso contrário as cotas não seriam necessárias), mas essa diferença é bem pequena. Depois da entrada na universidade, o estudo na Universidade de Brasília que seguiu os alunos cotistas e não cotistas nos cursos mais concorridos (Medicina e Engenharia) mostrou que o desempenho dos alunos cotistas é similar ao dos não-cotistas. Segundo ele, isso acontece porque as habilidades socioemocionais dos alunos cotistas são maiores, o que faz com que eles superem as suas dificuldades de formação. As principais competências socioemocionais citadas são: estar aberto a novas experiências, ter muita perseverança, ser amável com os próximos, não ser neurótico (preocupação excessiva com tudo) e ser consciencioso (preparar-se adequadamente para todos os desafios na vida).

Entretanto, há também estudos que demonstram um pior desempenho dos estudantes cotistas no que se refere a coeficientes de rendimento (CR), no entanto, esses mesmos estudos revelam que os cotistas apresentam melhores taxas de graduação e evasão. Nesse sentido, Mendes Junior (2014), analisando o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, percebeu um pior desempenho entre os cotistas em relação aos coeficientes de rendimento. Mas quando o foco da análise se direciona para as taxas

de graduação e evasão, notou-se um melhor desempenho entre os cotistas. Sua pesquisa concluiu que os cotistas matriculados na UERJ tendem a atribuir um alto valor ao curso em que ingressam.

Waltenberg e Carvalho (2012) mostram que os ingressantes através de ações afirmativas em IES públicas estaduais apresentam um resultado em termos de CR médio 8,8% inferior quando comparados aos não beneficiários. Esta pesquisa possui abrangência nacional e também utilizou os dados do Enade. Segundo os autores, o desempenho inferior apresentado pelos cotistas durante a faculdade é um resultado esperado para as universidades estaduais, na medida em que ingressantes por ações afirmativas se classificam, na média, com notas relativamente baixas no vestibular.

É fundamental também elucidar resultados acerca das trajetórias negras e as diferenças existentes nos desempenhos entre cotistas negros e brancos. Fernandes (2016) ratificou os resultados de Velloso e Cardoso (2011) que concluíram que a cor da pele é um diferencial no rendimento escolar, isto é, negros e pardos têm um rendimento inferior aos brancos, mesmo pertencentes à mesma posição socioeconômica ou extratos socioeconômicos parecidos.

No quesito evasão, os resultados de Silva (2015) encontraram diferenças substanciais entre evasão e reprovação. Sua pesquisa aponta que, no caso da UFSC, “são os negros que evadem menos (de forma geral), apesar de serem mais reprovados.”

Estudos como Belo (2011) e Rodrigues e Sito (2019), ambos realizados na UFRGS e focados nas trajetórias dos negros nas universidades, expõem duramente a discriminação enfrentada pelos negros no âmbito acadêmico. Este último, concluiu que:

Como se pode ver nos relatos, há um cotidiano permeado de violências simbólicas, sejam os exemplos de associação das referências de matriz africanas a pobreza ou a aspectos negativos, sejam os estereótipos enunciados nos discursos de sala de aula. Assim, os relatos expostos dão conta de uma experiência de estranhamento por parte da comunidade do entorno que é gerado pela identidade negro(a) dos estudantes, especialmente em cursos com baixa representatividade da população negra. O racismo aparece, em suas narrativas, traduzido na junção entre “ser negro” e “ser cotista” como fatores estigmatizantes. Em uma perspectiva interseccional, surgem elementos associados a gênero e condições socioeconômicas como desafios que demandam processos de resistência para permanecer na universidade (RODRIGUES E SITO, 2019: 222)

Diante do exposto, os estudos encontrados mostram que há uma série de barreiras a ser enfrentadas pelos cotistas nos seus processos formativos, que podem ser maior ou

menor, a depender de fatores a raça e a região, por exemplo. No entanto, os resultados sugerem que os estudantes cotistas tendem a se superar no âmbito acadêmico, apresentando desempenhos equivalentes aos não cotistas. Percebe-se ainda que a literatura encontrada tende a se limitar na análise do desempenho acadêmico deste público. Ou, quando analisam outros aspectos das trajetórias dos cotistas, focam no grupo dos estudantes negros. É possível concluir ainda que há uma lacuna de estudos sobre a trajetória acadêmica de estudantes cotistas no âmbito dos institutos federais. Os achados dessas instituições focam para as temáticas de evasão e permanência.

IFPE CAMPUS OLINDA: gente jovem colorida

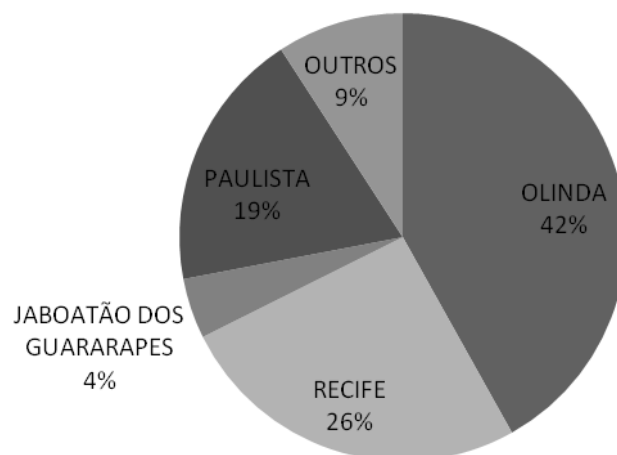
O Campus Olinda do IFPE foi criado no ano de 2014 no âmbito da terceira expansão da Rede Federal de Ensino Profissionalizante do MEC. O objetivo desta criação foi ofertar na terceira maior cidade da Região Metropolitana do Recife, cursos voltados para a vocação da cidade. Por isso, após um processo de debates entre a instituição e os atores políticos locais, foram escolhidos os cursos técnicos de Artes Visuais e Computação Gráfica, que possuem forte vinculação com o campo da economia criativa, tão presente em Olinda.

Atualmente, o campus oferta turmas regulares de cursos sequenciais nos turnos matutino e vespertino, com duas entradas anuais, sendo uma turma por curso para cada entrada. Para este trabalho, analisaram-se dados do período de 2014 a 2018, perfazendo um total de 857 estudantes que ingressaram na instituição pelo sistema de vestibular que adota a política de cotas, destes, 430 são mulheres e 427 homens⁹.

Esse montante de estudantes que já circularam e ainda circulam pelo campus Olinda vem de diferentes lugares, reforçando a ideia de que a natureza dos cursos existentes atrai um público diverso, não restrito ao município onde se localiza o campus (Gráfico 1). Embora, a maior parte que vem de fora do município de Olinda seja de municípios vizinhos, ressalta-se que devido às questões de mobilidade na RMR não é algo tão trivial sair de um município para o outro com o objetivo de estudar.

⁹ Não ignorando as diversas possibilidades das questões de gênero, o presente estudo limita-se às categorias “homem” e “mulher” dadas as limitações da fonte dos dados que assim o caracterizam.

Gráfico 3 - Origem dos estudantes do IFPE campus Olinda



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Q.Acadêmico IFPE, 2019.

Ainda em relação à totalidade de estudantes, observa-se que um dos maiores problemas do campus são as altas taxas de evasão, cancelamento e jubramento. Por exemplo, desde a criação do campus, mais estudantes evadiram do que se formaram. Tais problemas quando analisados apenas com os estudantes cotistas apresentam uma pequena melhora em relação aos não-cotistas. Os cotistas possuem menores percentuais de abandono, cancelamento e jubramento, entretanto possuem um percentual menor também em relação à conclusão do curso (Tabela 1).

Tabela 1- Situação dos estudantes do IFPE campus Olinda, 2014 a 2018

Situação	Geral	Cotistas (%)
Evadidos	274	91 (33)
Cancelamento	39	15 (38,4)
Concludente	85	38 (44,7)
Jubilado	67	28 (41,7)
Matriculado	202	101 (50)
Trancado	49	26 (53)
Concluído	141	45 (32)
Total	857	344

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Q.Acadêmico IFPE, 2019

Em relação às oportunidades nas ações institucionais ofertadas no campus, verificou-se que a participação dos estudantes cotistas nos programas meritocráticos é significativamente inferior a participação dos não cotistas. Nos três programas analisados, PIBIC, PIBEX e BIRÔ, os cotistas são minoria (Tabela 2), o que revela que além de superar as dificuldades antes de ingressar na instituição (SILVA, 2015), esse grupo tem dificuldades de se inserir em atividades que potencializam a formação, seja por razões individuais, ou seja pela não inclusão desses estudantes nos projetos dos docentes (SANTOS JUNIOR, 2015).

Tabela 2- Participação dos estudantes em Programa institucionais do IFPE campus Olinda, 2014 a 2018

Programa	Geral	Cotistas (%)
PIBEX	44	17 (38)
PIBIC	9	1 (11)
BIRÔ	15	1 (6,6)
BP	357	187 (53)
Total	425	206

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Q.Acadêmico IFPE, 2019

Já em relação ao Programa Bolsa Permanência, cujo objetivo é assegurar condições mínimas para os estudantes não evadirem da instituição, observa-se que os cotistas são maioria. Há de se destacar que o público prioritário desse programa é o de cotistas. Mas, ressalta-se que ao longo do tempo a distribuição dos recursos sofreu variações em função da disponibilidade orçamentária, sendo possível, por um período, uma universalização do programa, atendendo a todos, indistintamente.

Quando analisam-se os dados referentes à conclusão dos estudos, também observa-se um desempenho inferior dos cotistas em relação aos não cotistas. No curso de Artes Visuais já foram formados 53 profissionais, sendo que destes, 35,8% ingressaram na instituição como cotistas. Já no curso de Computação Gráfica o percentual é ainda

menor, 29,5% de cotistas formados num universo de 88 profissionais. Dois dados aqui merecem destaque, um primeiro é sobre o baixo percentual de conclusão de cursos que a instituição vem apresentando. Outro, evidencia que apesar de não participarem significativamente dos programas meritocráticos, um expressivo grupo de cotistas está conseguindo concluir o curso.

Verificou-se em relação ao desempenho dos estudantes que a média do coeficiente de rendimento (CR) geral é de sete (7,0), quando subdividiu-se nos grupos cotistas e não cotistas, a média do CR foi de 6,75 para o primeiro grupo e 7,25 para o segundo, corroborando com os achados de Mendes e Júnior (2014) e Waltenberg e Carvalho (2012). Em relação às subdivisões das cotas os dados de desempenho estão descritos na tabela 3. Observa-se que não há uma diferença significativa entre os subgrupos, com pequena variação negativa do CR quando o subgrupo contém a categoria Preto, pardo, indígena (PPI).

Tabela 3 - Média do coeficiente de rendimento dos estudantes cotistas do IFPE campus Olinda, 2014 a 2018

Tipo de cota	Média CR
PPI	6,7
Renda	6,9
Renda e PPI	6,5
EP	6,9
Média geral	6,75

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Q.Acadêmico IFPE, 2019

Esta variação, ainda que pequena, corrobora com os achados na literatura, que afirmam que negros e pardos têm um rendimento inferior aos brancos, mesmo quando pertencentes à mesma posição socioeconômica ou extratos socioeconômicos parecidos.

CONCLUSÕES

As conclusões desta pesquisa têm o potencial de facilitar o entendimento sobre os efeitos e limitações da política de cotas, podendo contribuir com a elaboração de políticas públicas especialmente desenhadas para reduzir a evasão e melhorar o desempenho dos estudantes.

No caso em evidência, observou-se que as hipóteses iniciais que levantadas foram confirmadas. De fato, há uma baixíssima participação dos estudantes cotistas nos programas meritocráticos do campus, isso pode resultar em consequências negativas para a trajetória desse grupo na instituição: o baixo estímulo para ir a instituição, dificuldades financeiras para se manter no curso, falta de perspectiva na área de atuação profissional etc, uma vez que só se envolve com as aulas. Esses fatores poderiam ser explorados através de um estudo qualitativo, no qual as causas dessa baixa participação poderiam ser reveladas e discutidas.

A segunda hipótese que sustentava que havia uma menor taxa de evasão entre os cotistas em relação aos não cotistas, também foi confirmada. Nesse caso, a questão da oportunidade de estar cursando uma formação técnica numa instituição pública pode pesar sobre a decisão de abandonar ou desistir do curso, entre o público cotista. Mesmo assim, a taxa de evasão do campus, seja no geral ou por grupo, é muito alta. A partir dos dados apresentados será possível discutir com a gestão acadêmica do campus possíveis caminhos para reduzir esse problema.

Em relação ao êxito na conclusão dos cursos, observou-se que os números também estão aquém do ideal. São poucos os profissionais formados num universo de estudantes que ingressam na instituição, bem como o baixo percentual de cotistas que concluem reforçam a tese de uma trajetória acadêmica mais complexa, que envolve além das questões de conteúdo formativo, aspectos financeiros, afazeres externos a instituição etc.

Apesar dos dados apresentados e discutidos, ressalta-se que a política de cotas foi um avanço no campo das políticas públicas de educação por oportunizar a milhares de jovens, antes sem perspectiva formativa, a possibilidade de aprender uma profissão e se inserir no mundo do trabalho. A lei de cotas ainda é relativamente nova, bem como a implantação dos Institutos Federais, em especial, os da terceira expansão. Esses fatores são atenuantes no que diz respeito aos singelos resultados obtidos do ponto de vista quantitativo. Trabalhos como este, de avaliação da implementação desta política, tornam-

se ferramentas importantes para discutir internamente onde estão os principais gargalos e externamente ao dialogar com outras realidades semelhantes ou diferente desta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, Luciane. **Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico.** 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação., UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/35089>. Acesso em 02 de maio de 2019;

BRASIL. **Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 20/05/2019;

_____. **Lei do ingresso em universidades e instituições federais de nível técnico e médio. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 20/05/2019;

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 17/05/2019;

_____. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 20/05/2019;

CAMPOS, Larissa Couto et al. **Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de Negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira.** Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 28, n. 73, p. 27-42, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15190772017000100027&lng=en&nrm=iso>. Dez 15, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201702590>. Acesso em: 28/08/2017;

CAMPOS, Luiz Augusto; Feres Júnior, João & Daflon, Verônica Toste. **O Desempenho dos Cotistas no ENEM: comparando as notas de corte do SISU.** *Textos para discussão GEMAA (IESPUERJ)*, n. 4, 2014, pp. 1-23;

CORAK, Miles. Inequality from Generation to Generation: The United States in Comparison. **Discussion Paper**, Ottawa, v. 0, n. 9929, maio 2016. IZA DP No. 9929. Disponível em: <<http://ftp.iza.org/dp9929.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019;

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **Ações afirmativas na educação superior: mulheres negras cotistas e mobilidade social.** Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano -17 - n. 30 vol. 01 - jan./jun. 2013;

Dancey, Christine P. **Estatística sem matemática para as ciências da saúde.** [recurso eletrônico] / Christine P. Dancey, John G. Reidy, Richard Rowe ; tradução técnica: Lori Viali. – Porto Alegre : Penso, 2017. e-PUB. Editado como livro impresso em 2017. ISBN 978-85-8429-100-7;

FERNANDES, Leniézia Cássia Duarte da Silva. **Cotistas e Não Cotistas: Qual o Desempenho dos Alunos do IFMT?**2016. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Políticas Públicas, UFPE, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24555/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Leni%C3%A9zia%20C%C3%A1ssia%20Duarte%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2019;

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, Atlas, 6ed. 2008, 220p.

LEMONS, Isabele Batista de. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Belém - Pa, v. 22, n. 71, p.1-25, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227161.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2019;

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. Educação Profissional no Brasil – expansão para quem? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, p.1-23, fev. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019005002104&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MENDES JUNIOR, Alvaro Alberto Ferreira. **Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2014, vol.22, n.82, pp.31-56. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000100003>. Acesso em 11/05/2019;

MENEZES, Naércio de. Uma avaliação dos resultados do sistema de cotas nas universidades públicas [Entrevista concedida a Paula Miraglia e Renata Rizzi]. Nexo jornal. Fevereiro de 2017. <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/02/23/Uma-avalia%C3%A7%C3%A3o-dos-resultados-do-sistema-de-cotas-nas-universidades-p%C3%ABlicas>. Acesso em 27/05/2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010. 407p.;

OLIVEIRA. Ana Luiza Matos de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento

Econômico, área de Economia Social e do Trabalho. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Campinas, 2019;

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.** Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/580.pdf>>. Acesso em 03/06/2019.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas.** Unidade IV - Tipologia e Tipos de políticas públicas. 2014. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf>. Acesso em 29/05/2019.

SANTOS JUNIOR, José da Silva. **Trajetória acadêmica de estudantes de graduação: evasão, permanência e conclusão de cursos na Universidade Federal da Grande Dourados.** 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados - MS, 2015;

SILVA, Gregório Unbehaun Leal da. **O desempenho e as cotas: O caso da UFSC.** 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/ascar/Downloads/O_DESEMPENHO_E_AS_COTAS_O_CASO_DA_UFSC%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ascar/Downloads/O_DESEMPENHO_E_AS_COTAS_O_CASO_DA_UFSC%20(2).pdf)>. Acesso em: 09/05/19;

SOUSA, H., Bardagi, M. P., & Nunes, C. H. S. S. **Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas.** Avaliação Psicológica, 2013, 12(2), pp. 253-261 Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil;

TINTO, Vincent. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research.** Review of Educational Research, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, Winter, 1975;

WALTENBERG, Fábio D.; CARVALHO, Márcia de. Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem comprometer o desempenho? **Centro de Estudos Sobre Desigualdade e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro - RJ, março de 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/grupo_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/site_antigo/tds/d73_9438c.pdf>. Acesso em: 15/05/2019;

WAINER, Jacques e MELGUIZO, Tatiane. **Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014.** Educ. Pesqui, São Paulo, v. 44, e162807, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201612162807>. Acesso em 06/05/2019;

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico] / Robert K. Yin; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016. e-PUB.